

OS DESAFIOS PELA IGUALDADE DE GÊNERO

THE CHALLENGES FOR GENDER EQUALITY

João Nunes da Silva

Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0049405562439579>

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-7079-2731>

E-mail: joao.ns@uft.edu.br

Luciana Cândida Martins Ribeiro

Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Tocantins- Unitins

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6645735321799362>

E-mail: lucianacandidamr@gmail.com

Resumo: O presente artigo discute a luta da mulher pela igualdade de gênero na sociedade brasileira. Destacando os principais problemas enfrentados nesse processo de lutas, conquistas e desafios vivenciados pelas mulheres. A metodologia apoiou-se na revisão bibliográfica, envolvendo a análise de fontes secundárias, como livros, artigos, documentos, periódicos entre outros relacionados ao tema. O propósito desta pesquisa tem ênfase na verificação da construção da identidade de gênero, quais foram as primeiras conquistas e os principais desafios enfrentados pelas mulheres pela busca igualitária de gênero.

Palavra-chave: Desafios. Igualdade de Gênero. Relações Sociais.

Abstract : This study investigates the struggle for gender equality among women in Brazilian society, focusing on the challenges and achievements encountered throughout this process. By conducting a bibliographic review of secondary sources, including books, articles, and documents, the research aims to analyze the development of gender identity, the initial successes achieved, and the persistent obstacles faced by women in their pursuit of equality.

Keywords: Challenges. Gender Equality. Social Relations.

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar os desafios enfrentados pelas mulheres na sociedade brasileira contemporânea no que se refere à luta por igualdade de gênero. A metodologia utilizada se ancora na revisão bibliográfica, envolvendo a análise de fontes secundárias, como livros, artigos, documentos, periódicos entre outros relacionados ao tema em questão. O propósito desta pesquisa tem ênfase na verificação da construção da identidade de gênero, quais foram as primeiras conquistas e os principais desafios enfrentados pelas mulheres na busca igualitária de gênero.

A abordagem parte da compreensão da construção social da identidade de gênero e considera as primeiras conquistas do movimento feminista no Brasil, bem como os obstáculos ainda persistentes à equidade. Nesse sentido, compreender o gênero como uma categoria social é essencial para revelar as formas de opressão que atingem, de modo mais intenso, as mulheres e pessoas de identidades dissidentes. Segundo Scott (1995), o gênero constitui uma forma primária de dar significado às relações de poder.

A igualdade de gênero no Brasil é assegurada por um conjunto de leis que visam combater as desigualdades históricas entre homens e mulheres. A Constituição Federal de 1988 garante, em seu artigo 5º, a igualdade de direitos e obrigações entre os sexos, enquanto o artigo 7º proíbe discriminações trabalhistas por motivo de gênero. A Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, representa um marco no enfrentamento da violência doméstica, ao reconhecer a vulnerabilidade da mulher e estabelecer medidas de proteção. Já a Lei nº 13.104/2015 tipifica o feminicídio, destacando a gravidade da violência motivada por gênero.

O estudo de gênero contribui para ampliar a compreensão sobre identidades e subjetividades, reconhecendo a pluralidade das experiências humanas. Isso desafia concepções binárias e essencialistas, abrindo espaço para o reconhecimento e valorização de diferentes formas de ser e existir. Como aponta Butler (1990), "o gênero é performativo", ou seja, não é uma essência fixa, mas algo continuamente construído e reiterado nas práticas sociais. Portanto, o estudo sobre igualdade de gênero é imprescindível para a construção de uma sociedade mais inclusiva, democrática e consciente de suas estruturas de poder.

Ao desvelar os mecanismos de exclusão e as possibilidades de emancipação, a pesquisa de gênero contribui ativamente para o fortalecimento dos direitos humanos e da cidadania plena. Em síntese, como afirma Beauvoir (1949), "não se nasce mulher: torna-se mulher", evidencia-se que o gênero constitui uma construção social historicamente elaborada, sendo, portanto, passível de questionamento, desconstrução e transformação.

O presente artigo não tem a presunção de respostas concretas; levantamos a hipótese de que a possível busca pela igualdade de gênero em sua trajetória social se manifesta em função da opressão, como no caso das mulheres; no entanto, no que tange a ocupação de espaços profissionais e sociais se configura como forma de enfrentamento e força da mulher contra essa desigualdade em diversas áreas sociais.

A construção da identidade de gênero

A distinção entre identidade de gênero e construção de gênero é fundamental para a análise crítica das relações sociais. Enquanto a identidade de gênero diz respeito ao modo como o sujeito se reconhece e se posiciona no espectro de gênero, a construção de gênero refere-se ao processo histórico e social que estabelece as normas e papéis atribuídos aos sexos. Segundo Scott (1995, p. 86), "gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e uma forma primária de dar significado às relações de poder". Essa abordagem dialética permite compreender como os sujeitos vivenciam, resistem e, por vezes, transformam os imperativos sociais impostos pela ordem patriarcal.

A análise da identidade de gênero sob a ótica das ciências sociais exige compreender seus significados enquanto categorias que se transformam conforme os contextos históricos e culturais em que os sujeitos estão inseridos. Segundo Priori (2011), ao tratar da articulação entre identidade e gênero, é necessário considerar os processos sociais e simbólicos envolvidos na construção

dessas categorias. Para a autora, a identidade social de gênero deve ser analisada como um processo culturalmente situado e historicamente construído, cujos significados são produzidos e reproduzidos nas práticas sociais cotidianas.

Essa análise “pressupõe uma reflexão sobre a ‘diferença’, nas práticas cotidianas, na elaboração do discurso, no processo de socialização e na construção da identidade social de gênero”, (Priori (2011, p 191) a autora ressalta que a noção de diferença é central para a manutenção das desigualdades entre os gêneros. Isso implica reconhecer que as normas e expectativas de gênero não emergem de uma essência natural ou biológica, mas sim de um conjunto de práticas sociais e discursivas que orientam o comportamento dos sujeitos e regulam suas posições nas estruturas sociais. Assim, identidade e gênero são categorias dinâmicas, atravessadas por relações de poder, que devem ser compreendidas em sua complexidade histórica e cultural.

A identidade de gênero deve ser compreendida como um processo historicamente situado e culturalmente mediado, no qual diferentes tradições, normas e valores influenciam diretamente os modos de ser e existir dos sujeitos. Como destaca Jesus (2012, p. 6), “a identidade de gênero não existe em um vácuo, mas sim em um contexto cultural rico e diversificado, onde as tradições, valores e normas exercem uma influência significativa”. Tais influências produzem expectativas e representações que variam historicamente, refletindo as contradições das formações sociais. Nesse sentido, Carson (1995), ao ser citado por Oliveira (2021, p. 31), aprofunda essa análise ao afirmar:

“[...] a construção da identidade perpassa todas essas dimensões e seu resultado é o produto da intervenção específica de cada uma delas. Porém, o processo não é nem progressivo nem excludente: não se transita da dimensão do pertencer a algo para a dimensão da desigualdade e, desta, para a da diversidade. Os três vetores e suas dimensões atuam em um mesmo tempo e espaço social (passível de reconhecimento histórico), produzindo a identidade do sujeito através de um processo repleto de contradições, tensões e conflitos.”

A citação de Carson (1995, apud Oliveira, 2021, p. 31) revela uma concepção dialética da identidade, compreendida como resultado de múltiplas determinações sociais que atuam simultaneamente. A autora aponta que pertencimento, desigualdade e diversidade não são etapas sucessivas, mas dimensões que se entrelaçam em um mesmo tempo e espaço social, sendo historicamente situadas. Isso significa que a identidade não é uma essência fixa ou isolada, mas uma síntese contraditória das experiências sociais vividas sob as estruturas de poder vigentes. A não linearidade do processo evidencia que os sujeitos constroem suas identidades em meio a tensões e disputas simbólicas, que refletem desigualdades de classe, gênero, raça e outros marcadores sociais.

A identidade de gênero em um primeiro momento, é constituída como fixa e como tal não sofrendo variações, independente do papel social de gênero que a pessoa apresente para ela, no segundo momento, acredita-se que a identidade de gênero possa ser afetada por uma variedade de estruturas sociais, incluindo etnicidade, trabalho, religião ou irreligião e família. Quando crianças, as meninas são ensinadas com estereótipos de gênero. "Meninas brincam de boneca, meninos brincam de carrinho". Para Sarmento (2003) as crianças são atores sociais que constroem culturas e as culturas infantis geram ações, significações e artefatos produzidos pelas que refletem o que está profundamente enraizado na sociedade.

A construção da identidade de gênero acontece por meio das relações sociais na infância, através de valores que são internalizados e absorvidos por papéis que nos são apresentados. Esses papéis se mostram na socialização primária, no seio familiar, podendo ocorrer exceções, mas geralmente acontece no ambiente familiar onde são apresentados à criança idéias e modos de sentir e pensar sobre o mundo e as coisas serão internalizados. Por exemplo, a idéia de que *homem não chora, mulher é para cuidar da casa, ou, o homem é mais forte do que a mulher*, entre outras coisas. Conforme, Scott (1992) a terminologia gênero manifestou-se para opor ao determinismo biológico nas relações entre os sexos, dando-lhes caráter social, além de ampliar a capacidade de propor uma transformação dos paradigmas do conhecimento tradicional.

Dentro do viés da sociologia crítica, a construção da identidade de gênero é compreendida como um processo social e simbólico que está intrinsecamente ligado à reprodução das estruturas de poder e dominação presentes na sociedade patriarcal. Para Bourdieu (1990) o gênero é uma "categoria da prática", em que as diferenças entre homens e mulheres são produzidas e reproduzidas diariamente através das práticas corporais, linguísticas e sociais, as quais reforçam a naturalização das desigualdades. Segundo o autor, essas práticas não apenas refletem, mas também constituem a "violência simbólica" que perpetua a dominação masculina, tornando as relações de gênero invisíveis e legítimas aos olhos dos dominados.

As primeiras conquistas feministas no Brasil

A trajetória histórica brasileira no período colonial, imperial, código civil 1916, não beneficiavam as mulheres, imperava a desigualdade de gênero e superioridade masculina. Conforme, Blay; Avelar (2008), elucidam, porém, três mulheres se destacavam no período do Brasil Império mesmo com isolamento, desigualdades de direitos e dificuldades de comunicação, como: Nísia Floresta, Berta Lutz e Patricia Galvão lutando pela educação pública, direito ao voto e liberdade de expressão.

Na época em que as mulheres viviam trancafiadas em seus lares e a mercê de seus maridos, conforme Karawejczyk (2018), Nísia Floresta (1810-1954), considerada a primeira mulher a romper barreiras no espaço privado brasileiro, por meio de publicação de textos periódicos nacionais na imprensa pois, desde 1830, como escritora, comentava situações polêmicas, como o direito das mulheres, dos índios e dos escravos a uma vida digna e respeitável. Conforme observa Barbosa (2006), Nísia Floresta foi dirigente de um colégio para moças no Rio de Janeiro e autora de quinze publicações, incluindo poemas, artigos, ensaios e crônicas, redigidas em três idiomas: português, francês e italiano.

Entre os principais títulos que publicou estão: *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* (1832), que denuncia o preconceito contra a mulher na sociedade brasileira e desmistifica a ideia dominante da superioridade masculina; o *Opúsculo humanitário* (1853) e *A mulher* (1859), que discutem questões relativas à educação e à condição feminina; e o poema *A lágrima de um caeté* (1849), que, diferente da maioria dos textos indianistas, traz o ponto de vista do índio consciente de sua derrota histórica e inconformado com a opressão do invasor. Foi no ano da publicação deste livro que Nísia seguiu para a Europa, onde viveu praticamente o resto de sua vida. Apenas duas vezes ela voltou ao Brasil - em 1852 e 1872.

Outro grande nome que enfrentou o patriarcado em busca da conquista pelo espaço público, segundo Soihet (2006), foi Bertha Maria Júlia Lutz (1862-1976), na primeira metade do século XX; formada em Ciências, pela Universidade de Paris em março de 1918. Além de suas cooperações para a área da biologia e de seu esforço para impulsionar os ideais feministas no Brasil, a presença de Bertha Lutz foi marcante no campo da Educação. Em 1920, ela foi nomeada inspetora do ensino secundário pelo barão de Ramiz Galvão e enviada para o Ginásio Masculino de Lorena (SP). Dois anos depois, como delegada do Museu Nacional ao Congresso de Educação.

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) foi uma associação fundada por Bertha, em 1922, através de um grupo específico de mulheres, para fazer com que as vozes femininas, em uníssono, fossem ouvidas pela sociedade. Naquela ocasião, "qualquer mudança no comportamento feminino era considerada não apenas uma ameaça à permanência dos padrões rigidamente atribuídos aos gêneros, mas, de modo geral, ao próprio "bom funcionamento" da sociedade" (RAGO, 2007, p. 82). Para atingir tal objetivo elas tiveram que assumir certas posições estratégicas para poder levar suas demandas para o debate público.

O feminismo publicado por Bertha passou a ser identificado, posteriormente, como "bem-comportado" (Pinto, 2003) e/ou "tático" (SOIHET, 2006). Entretanto, na época da sua aparição no espaço público brasileiro, ela foi identificada como representante de um "bom" feminismo deixando entrever que haveria outros, perigosos, que deveriam ser evitados. Entre as demandas femininas/feministas do início do século XX estão desde pedidos de educação de qualidade para as mulheres, condições de trabalho mais justas, acessos a cargos públicos até reivindicações sobre direitos civis e

políticos. Tal feminismo, que nasceu no século XVIII e desenvolveu-se ao longo dos séculos XIX e XX, é mais conhecido pela alcunha de *feminismo liberal* (MIGUEL e BIROLI, 2013, p.10).

Outra mulher, que lutou contra os moldes imposto de identidade de gênero, foi Patrícia Rehder Galvão (1910-1962), terceira filha de quatro irmãos, filha de jornalista e advogado, classe alta, apelidada Pagu pelo poeta Raul Bopp, Zazá, como era conhecida em família, estava à frente de sua época, seu comportamento era considerado extravagante e defendia as causas feministas. Seu comportamento era considerado rebelde e à frente do seu tempo não era compatível com sua origem familiar, conservadora e tradicional. Conforme Campos (1982) em 1925, na adolescência, foi morar com a família em São Paulo Capital.

Ao conseguir o primeiro emprego, como redatora no Brás Jornal, escreveu críticas na coluna de notícias contra o governo e contra as injustiças sociais, assinando com o pseudônimo de Patsy. Em 1931, Pagu fez parte do Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB). Participou de organização de uma greve de estivadores em Santos, no mesmo ano, foi detida pela polícia política de Getúlio Vargas. Ao todo, foram 23 prisões, depois de alguns anos de militância, em 1933, partiu para uma viagem pelo mundo, deixando no Brasil o marido e o filho. No mesmo ano publicou o romance *Parque Industrial*, sob o pseudônimo de Mara Lobo.

Em 1935, foi presa em Paris como comunista estrangeira, por sua identidade falsa, sendo repatriada para o Brasil. Ainda conforme Campos (1982) no país, retomou sua atividade jornalística, criticando a ditadura militar. Ficou na cadeia por cinco anos, o que a levou a um intenso desespero, ampliando ainda mais sua capacidade artística e criativa, em 1940, saiu da prisão e rompeu com o Partido Comunista, passando a defender um socialismo de linha trotskista. Integrou a redação do periódico Vanguarda Socialista junto com seu marido Geraldo Ferraz, o crítico de arte Mário Pedrosa, Hilcar Leite e Edmundo Moniz.

A desconstrução das desigualdades entre os sexos enquanto fenômeno natural constitui um passo fundamental na transformação das estruturas sociais que historicamente legitimaram a subordinação das mulheres. Ao reconhecer que tais desigualdades são produto de determinações sociais, políticas e econômicas, torna-se possível vislumbrar caminhos para a superação da opressão e para a efetivação da emancipação feminina. Diversas mulheres, ao longo da história, assumiram o protagonismo na luta por liberdade e igualdade, enfrentando contextos marcados pela violência, pela exclusão e pela marginalização.

Alguns desafios em busca da igualdade de gênero

Investigar os desafios relacionados à igualdade de gênero exige compreender as múltiplas formas de desigualdade que estruturam a vida das mulheres na sociedade. No campo educacional, observa-se um avanço significativo na presença feminina no ensino superior e na pós-graduação, embora persistam barreiras quanto à escolha de áreas e ascensão profissional. Nos espaços de poder e decisão, a participação das mulheres segue restrita, revelando as dificuldades de acesso a posições de liderança. Para as mulheres afros, os desafios são ainda mais complexos, pois articulam opressões de gênero e raça em sua trajetória de resistência. Assim, a luta das mulheres por igualdade permanece um campo central de disputa e transformação social.

No campo educacional, por exemplo, as desigualdades de gênero ainda são marcantes. As mulheres enfrentam obstáculos no acesso, permanência e valorização no sistema de ensino, especialmente em áreas historicamente dominadas por homens. De acordo com dados da UNESCO (2018), apenas 28% dos pesquisadores no mundo são mulheres, enquanto na América Latina essa porcentagem é de 46%, indicando progressos importantes, mas insuficientes. A permanência de desigualdades educacionais impacta diretamente o desenvolvimento científico e social dos países.

Mesmo com o aumento da presença feminina no ensino superior e na pós-graduação, os percursos acadêmicos seguem marcados por assimetrias. Conforme apontam Maria Rosa et al. (2006), a participação feminina nas áreas de ciências exatas, engenharias e agronomia ainda é limitada, contrastando com sua expressiva presença nas ciências humanas, sociais e da saúde, o que reflete escolhas influenciadas por estereótipos de gênero e desestímulo institucional.

Nas esferas de poder e tomada de decisão, a sub-representação feminina é notória. Embora tenham conquistado o direito ao voto e à candidatura, as mulheres continuam enfrentando barreiras

para acessar cargos de liderança. Roza et al. (2010) destacam que muitos partidos políticos latino-americanos não incorporam a equidade de gênero em seus documentos, não oferecem formação política para mulheres e não adotam critérios paritários no financiamento de campanhas. Essas limitações estruturais restringem a presença feminina nos espaços decisórios.

Santos et al. (2014) analisam que, apesar do discurso crescente sobre igualdade de gênero, persistem dificuldades para que as mulheres ocupem posições de liderança. Fenômenos como o “teto de vidro” barreira invisível, porém resistente explicam a escassa presença feminina em cargos de chefia, mesmo em setores em que constituem a maioria da força de trabalho.

As mulheres afrodescendentes, em particular, assumem papel de destaque nas lutas contra opressões interseccionais, que articulam racismo e sexismo. Conforme Davis (2016, p. 61), “as mulheres negras, ao desafiarem simultaneamente o racismo e o sexismo, demonstraram que essas formas de opressão não apenas coexistem, mas se entrelaçam de modo estrutural”. Sua atuação política e social visa transformar a realidade por meio da promoção da equidade e da dignidade da população negra, tanto em espaços públicos quanto privados.

Essas lutas enfrentam entraves históricos oriundos do período escravocrata, que instituiu estigmas e estereótipos sobre a população negra. Para Pereira (2012), tais representações continuam sendo reproduzidas por discursos e práticas marcadas pelo desprezo e pela marginalização. O movimento negro, ao ocupar espaços acadêmicos e políticos, combate essas opressões sistemáticas e reivindica reconhecimento e justiça social.

Além do racismo, as mulheres negras também enfrentam discriminações de gênero. Como observam Oliveira e Landowski (1995, p. 7), essas mulheres são frequentemente associadas a papéis desqualificados e sexualizados, como “disponíveis para trabalhos pesados ou como “objeto sexual””. Para Saunders (2017, p. 12), o feminismo negro tem um caráter transnacional, pois nasce da experiência das mulheres negras que, desde o período colonial, foram destituídas de cidadania e pertencimento nacional.

A busca por igualdade de gênero passa, portanto, pela superação de resistências tanto nas estruturas macroeconômicas quanto nas dinâmicas microsociais. Conforme argumenta Cisne (2004), as desigualdades de gênero não se restringem às instituições sociais, mas estão presentes também nas relações familiares, fortemente influenciadas pelas lógicas do capital. A transformação efetiva dessas relações exige a desconstrução das normas impostas pelo sistema capitalista, que naturaliza hierarquias de poder entre os gêneros. Sem essa ruptura, as desigualdades continuarão sendo reproduzidas no cotidiano e nos espaços institucionais.

Considerações finais

A análise aqui desenvolvida evidencia que a luta pela igualdade de gênero no Brasil ainda encontra numerosos obstáculos estruturais e simbólicos, apesar dos avanços obtidos pelas mulheres ao longo da história. A compreensão do gênero como uma construção social, conforme apontado por Scott (1995) permite desnudar as relações de poder que perpassam as esferas institucionais, culturais e familiares, revelando o quanto os papéis atribuídos às mulheres são historicamente produzidos e politicamente mantidos.

As contribuições de pensadoras como Nísia Floresta, Bertha Lutz e Patrícia Galvão, bem como os avanços legislativos recentes, demonstram a potência do engajamento feminino na desconstrução de paradigmas opressores. Contudo, permanece evidente que a mera existência de leis e direitos formais não assegura, por si só, a equidade de fato, sendo imprescindível a contínua mobilização social e política para que essas conquistas sejam efetivamente aplicadas e ampliadas.

Ao refletir criticamente sobre a construção da identidade de gênero e os estereótipos naturalizados desde a infância, torna-se possível questionar os mecanismos que sustentam a desigualdade. A abordagem interseccional revela, ainda, que a opressão de gênero é atravessada por outros marcadores sociais, como raça, classe e orientação sexual, o que complexifica os desafios enfrentados por mulheres em diferentes contextos.

Assim, o artigo conclui que a busca pela igualdade de gênero deve ser compreendida não como um ponto de chegada, mas como um processo contínuo de enfrentamento das desigualdades

e promoção de justiça social. O reconhecimento da pluralidade de vivências e subjetividades, aliado à desconstrução de normas excludentes, constitui um caminho ético e político para a consolidação de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária, em consonância com os princípios que regem os direitos humanos e a dignidade da pessoa humana.

Referências

- ARAÚJO, C. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. **Crítica Marxista**, n. 11, p. 65–70, 2000.
- ARAÚJO, M. F. **Diferença e igualdade nas relações de gênero**: revisitando o debate. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/BVXTfbqzJYh7pwSkjdzpN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 jan. 2024.
- BLAY, E.; AVELAR, L. (orgs.). **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil, Chile**. São Paulo: Edusp, 2017.
- BIROLI, F. O público e o privado. In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. (orgs.). **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 31-46.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 maio 2025.
- BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 27 maio 2025.
- BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para incluir o feminicídio como circunstância qualificadora do homicídio**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 mar. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 27 maio 2025.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAIXETA, J. E.; BARBATO, S. Identidade feminina: um conceito complexo. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 9, n. 2, p. 303-308, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-863X2004000200010&script=sci_arttext. Acesso em: 30 dez. 2023.
- CARSON, Rolando. Identidade e diferença: perspectivas culturais. In: OLIVEIRA, Zuleika de. **Gênero e identidade: reflexões contemporâneas**. Goiânia: Editora da UFG, 2021. p. 29-32.
- CISNE, M. **Serviço Social, uma profissão de mulheres para mulheres**: uma análise crítica da categoria gênero da histórica feminização da profissão. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9916/1/arquivo9102_1.pdf. Acesso em: 30 dez. 2023.
- FALQUET, J. Repensar as relações sociais de sexo, raça e classe na globalização neoliberal. **Revista Mediações**, Londrina, v. 13, n. 1–2, p. 121–142, jan./jul./dez. 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>. Acesso em: 06 jan. 2024.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil: um olhar da psicologia social**. Brasília: LGE, 2012.

KARAWAJCZYK, M. O Feminismo em Boa Marcha no Brasil! Bertha Lutz e a Conferência pelo Progresso. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 13-33, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/BK8rBfMZ8PSzSsvZRTqfggc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 jan. 2024.

LIMA, B. S. **Políticas de equidade em gênero e ciências no Brasil: avanços e desafios**. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. (orgs.). **Teoria política feminista: textos centrais**. Vinhedo: Horizonte, 2013.

NASCIMENTO, S.; ALVES, B. E. R.; TORRES, I. L. S.; FERNANDES, F. B. M. Resistência cultural, gênero, raça, sexualidade em Cuba e no Brasil: entrevista com Tanya Saunders. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 3, n. 1, jan. - abr. 2017. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/22051/14479>. Acesso em: 31 dez. 2023.

OLIVEIRA, Zuleika de. **Gênero e identidade: reflexões contemporâneas**. Goiânia: Editora da UFG, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)**. Nova York, 1979. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-elimination-all-forms-discrimination-against-women>. Acesso em: 27 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará)**. Belém, 1994. Disponível em: <https://www.oas.org/juridico/portuguese/tratados/a-61.html>. Acesso em: 27 maio 2025.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

RODRIGUES, R.; FREITAS, V. G. Ativismo feminista negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 27, p. 1-30, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/NFdhTdVLSRPHzdDzVpBYMq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 jan. 2024.

SAFFIOTI, H. I. B. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 12, p. 157-163, 1999.

SANTOS, C. M. M.; TANURE, B.; NETO, A. M. C. Mulheres executivas brasileiras: o teto de vidro em questão. **Revista Administração em Diálogo**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 1-20, 2008. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rad/article/view/1379>. Acesso em: 30 dez. 2023.

SÍGOLO, M. V.; GAVA, T.; UNBERHAUN, S. Equidade de gênero na educação e nas ciências: novos desafios no Brasil atual. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 166, p. 112-135, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/jgB4hTT5v4S8q5F9kcPLVMn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 jan. 2024.

SOIHET, R. **O feminismo tático de Bertha Lutz**. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 71–99, jul./dez. 1992.

SCOTT, J. W. **Feminismo e história**. Tradução de Christine Rufino Dabat. Campinas: UNICAMP, 1995.

PRIORI, A. Gênero, identidade e cultura: uma perspectiva histórica. In: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 6. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 35-58.

Recebido em: 22 de outubro de 2024

Aceito em: 15 de dezembro de 2024